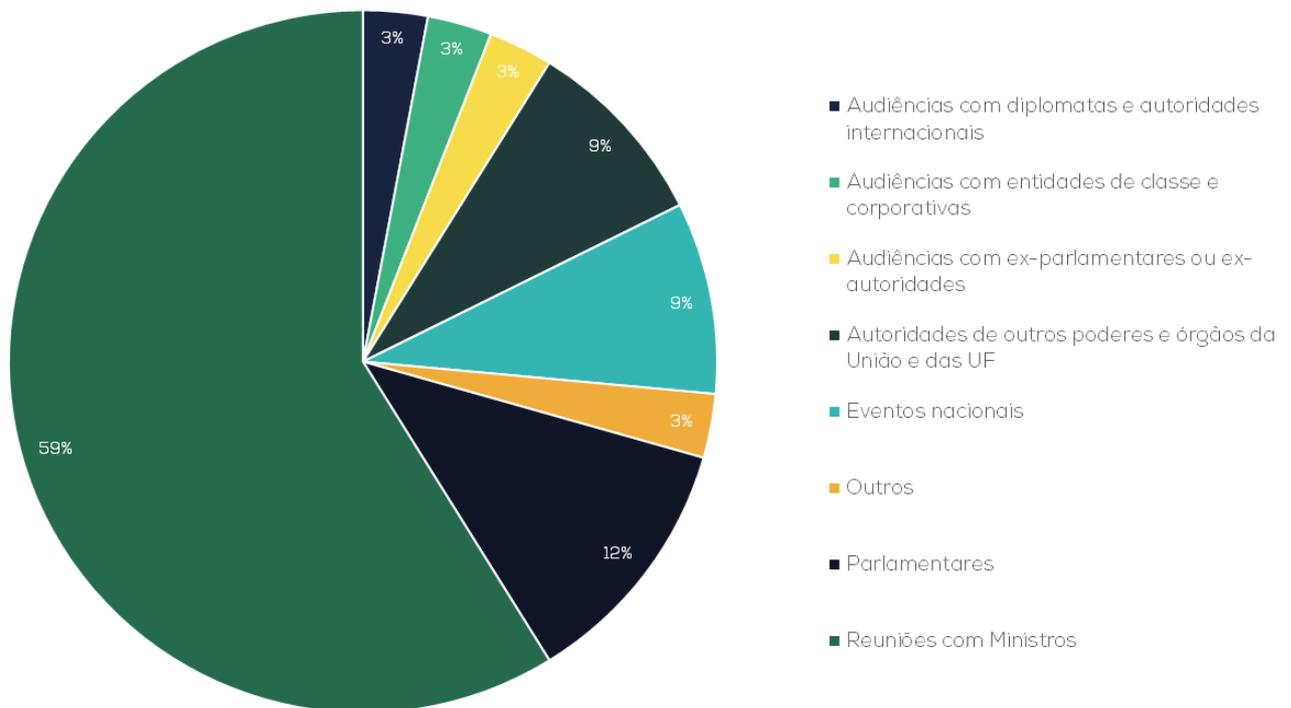


# Bolsonaro ignora discussão sobre racismo e abre espaço para líderes religiosos

**Congresso Nacional inicia discussões sobre lei para combater "fake news". Projeto prevê mecanismos para restringir a disseminação automatizada de conteúdo falso nas redes**

A semana passada no mundo foi marcada pelas discussões sobre racismo. Apesar disso, nenhuma autoridade do Governo Federal se manifestou sobre o tema. O presidente Jair Bolsonaro se reuniu separadamente com o comandante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Moretti Bermudez, com o Comandante do Exército, General Edson Leal Pujol e com o Comandante da Marinha, Almirante Ilques Barbosa Júnior. O presidente também encontrou com Ironi Spuldaro, Fundador da Missão Há Poder de Deus e com o Pastor Silas Malafaia, residente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil. Na sexta-feira, Bolsonaro viajou até Águas Lindas (GO), onde inaugurou um Hospital de Campanha.

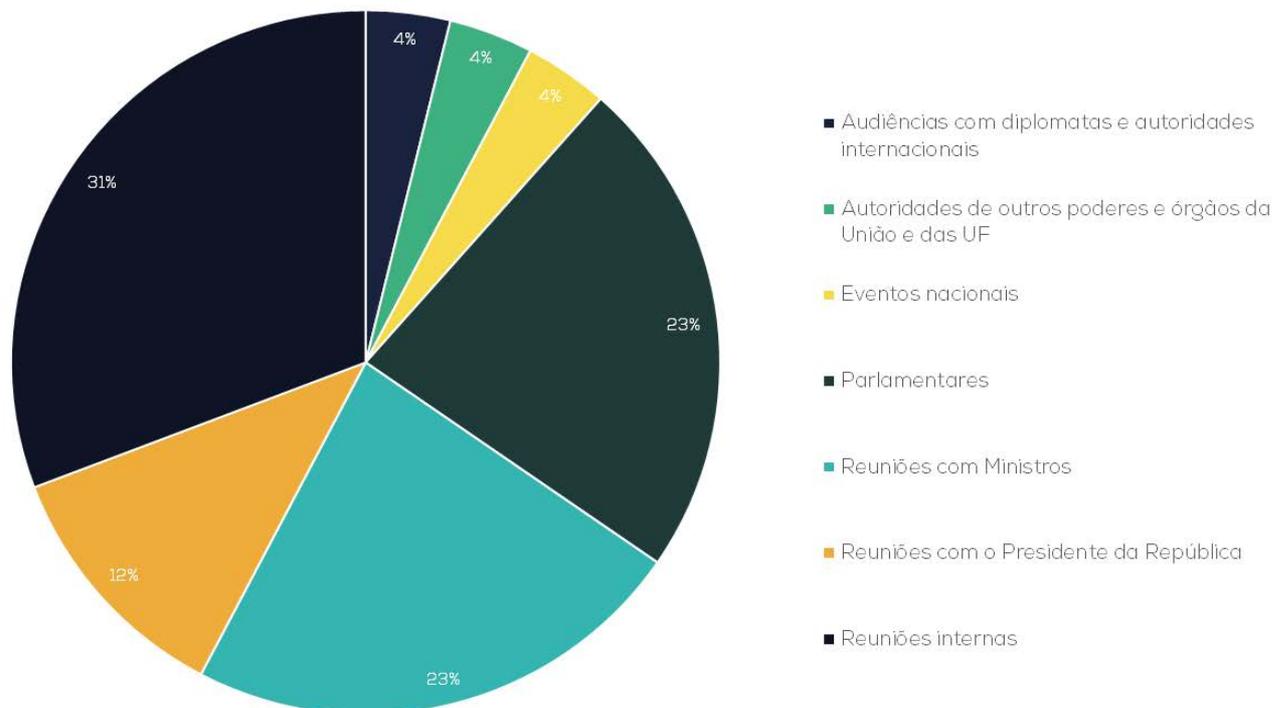
**Agenda oficial do Presidente da República, entre 01/06 e 07/06**



Como nas semanas anteriores, o ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, manteve intensa agenda de reuniões com o presidente da República e demais ministros de Estado. No Ministério da Justiça, Mendonça se reuniu com parlamentares da base aliada. Ele recebeu os deputados federais Roberto de Lucena (PODE-SP) e Cezinha de Madureira (PSD-SP) e com os senadores Flávio Bolsonaro (REP-RJ) e José Medeiros (PODE-MT).

A diretora-geral do DEPEN, Tânia Fogaça, se reuniu com o secretário de Administração Prisional do Pará, Jarbas Vasconcelos, com o presidente da Federação Nacional dos Agentes Federais de Execução Penal (FENAFEP), Helder Antônio Jacoby Dos Santos, e com a juíza Joana Sarmento de Matos, Roraima. Ainda não foi nomeado um novo Secretário Nacional de Segurança Pública.

## Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 01/06 e 07/06



### Legislativo

A discussão sobre fake news tem ganhado força dentro do Congresso, em especial o debate em torno do projeto de lei (PL) 2630/2020, que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. De autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE), o projeto foi pautado na última semana no plenário do Senado, mas, como não houve acordo para a sua votação, foi retirado pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A expectativa é que o PL retorne à pauta essa semana, mas ainda sem data definida.

O projeto dá transparência sobre a atividade de contas automatizadas ("robôs", ou "bots") e prevê mecanismos para a restringir a disseminação automatizada de conteúdo. Um dos pontos mais polêmicos do PL 2630/2020 é a responsabilização das plataformas sociais pelo conteúdo considerado parcial ou totalmente enganoso por verificadores independentes (fact-checkers), incluindo a previsão de que as redes sociais terão que remover esse tipo de conteúdo.

A matéria tem encontrado resistência entre os parlamentares e vários argumentam que o projeto pode possibilitar a censura na internet. O relator do PL é o senador Angelo Coronel (PSD-BA), que destacou em sessão do plenário que está recebendo sugestões para aprimorar o texto. O senador também preside a comissão mista parlamentar de inquérito que investiga notícias falsas e assédio nas redes sociais (CPMI das Fake News) e tem acompanhado de perto as discussões sobre o assunto.

Na versão preliminar do parecer elaborado pelo senador Angelo Coronel, a intenção é subordinar a ação de verificadores de conteúdo às denúncias dos próprios usuários. O parlamentar pretende ainda restringir a atividade permitida em perfis e contas criados em anonimato. Essa já é uma mudança com relação à versão inicial do projeto, que tenta impedir a existência perfis anônimos na rede ao obrigar que cada conta tenha que estar vinculada a um CPF legítimo.

Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é preciso construir um texto conciliatório entre os parlamentares. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), vai na mesma linha e defende a elaboração de uma proposta que tenha ampla maioria nas duas Casas do Legislativo, para que, se o presidente Bolsonaro vetar o texto, os parlamentares possam derrubar o eventual veto.

*O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "Agenda".*

- Presidente da República;
- Vice-presidente da República;
- Ministro da Casa Civil;
- Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;
- Ministro da Secretaria de Governo;
- Ministro da Justiça e Segurança Pública;

- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-5pvpb-ce2kt-m25s7-ekv3y-6smpb-7xchf-rfn3b>

